

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	12
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração	15
----------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	63
---	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	66
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	68
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	69
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	716.533.333
Preferenciais	1.433.066.667
Total	2.149.600.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	631.444	586.004	618.142
1.01	Ativo Circulante	121.580	59.132	62.142
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	82.298	31.108	44.138
1.01.03	Contas a Receber	22.000	19.396	15.732
1.01.03.01	Clientes	22.000	19.396	15.732
1.01.03.01.01	Contas a Receber	1.738	1.689	2.158
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	20.262	17.707	13.574
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.819	36	209
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.819	36	209
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.510	3.467	1.946
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	13.953	5.125	117
1.01.08.03	Outros	13.953	5.125	117
1.01.08.03.01	Outros Créditos	231	843	117
1.01.08.03.02	Contas a Receber com operações de derivativos	13.722	4.282	0
1.02	Ativo Não Circulante	509.864	526.872	556.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.091	6.949	7.804
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	7.091	6.949	7.804
1.02.01.09.03	Depositos Judiciais	7.091	6.949	7.804
1.02.03	Imobilizado	26.242	26.441	26.285
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	23.429	25.136	25.995
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.813	1.305	290
1.02.04	Intangível	476.531	493.482	521.911
1.02.04.01	Intangíveis	476.531	493.482	521.911
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	476.531	493.482	521.911

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	631.444	586.004	618.142
2.01	Passivo Circulante	263.463	98.438	111.193
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.872	5.069	5.194
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	6.872	5.069	5.194
2.01.02	Fornecedores	7.011	10.003	8.750
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	7.011	10.003	8.750
2.01.03	Obrigações Fiscais	56.245	16.327	15.185
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	56.245	16.327	15.185
2.01.03.01.04	Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais a recolher	56.245	16.327	15.185
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	153.738	33.421	18.316
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	95.285	2.144	1.957
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.152	1.178	1.323
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	94.133	966	634
2.01.04.02	Debêntures	58.453	31.277	16.359
2.01.05	Outras Obrigações	16.952	17.219	18.669
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	8.203	8.146	11.019
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	8.203	8.146	11.019
2.01.05.02	Outros	8.749	9.073	7.650
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	7.298	7.631	6.147
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	1.451	1.442	1.503
2.01.06	Provisões	22.645	16.399	45.079
2.01.06.02	Outras Provisões	22.645	16.399	45.079
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	22.645	16.399	45.079
2.02	Passivo Não Circulante	185.006	324.787	257.975
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	114.562	256.929	202.312
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	571	86.086	3.287
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	818	2.326
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	571	85.268	961
2.02.01.02	Debêntures	113.991	170.843	199.025

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.02.03	Tributos Diferidos	24.197	27.876	29.345
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	24.197	27.876	29.345
2.02.04	Provisões	46.247	39.982	26.318
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	490	718	800
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	192	191	191
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	298	527	609
2.02.04.02	Outras Provisões	45.757	39.264	25.518
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	45.757	39.264	25.518
2.03	Patrimônio Líquido	182.975	162.779	248.974
2.03.01	Capital Social Realizado	114.800	109.400	107.480
2.03.04	Reservas de Lucros	68.175	53.379	141.494
2.03.04.01	Reserva Legal	16.190	21.589	15.661
2.03.04.02	Reserva Estatutária	2.350	2.352	1.567
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	49.635	29.438	90.252
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	34.014

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	511.550	436.290	412.065
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-163.076	-141.534	-193.168
3.02.01	Custo de Construção	-22.847	-5.407	-31.986
3.02.02	Provisão de Manutenção	-28.797	-36.512	-34.938
3.02.03	Depreciação e amortização	-44.958	-40.089	-39.006
3.02.04	Custo com obrigações poder concedente	-11.088	-6.144	-5.782
3.02.05	Serviços	-19.181	-17.652	-57.710
3.02.06	Custo com pessoal	-26.207	-23.926	-14.804
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-7.236	-6.343	-3.711
3.02.08	Outros	-2.762	-5.461	-5.231
3.03	Resultado Bruto	348.474	294.756	218.897
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-36.915	-30.338	-30.180
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-37.135	-30.485	-30.400
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.095	482	458
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-875	-335	-238
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	311.559	264.418	188.717
3.06	Resultado Financeiro	-26.324	-28.060	-27.611
3.06.01	Receitas Financeiras	41.726	13.983	5.816
3.06.02	Despesas Financeiras	-68.050	-42.043	-33.427
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	285.235	236.358	161.106
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-95.659	-79.408	-54.168
3.08.01	Corrente	-99.337	-80.877	-66.699
3.08.02	Diferido	3.678	1.469	12.531
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	189.576	156.950	106.938
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	189.576	156.950	106.938
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,08268	0,06850	0,04660
3.99.01.02	PN	0,09095	0,07530	0,05130

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,08268	0,06850	0,04660
3.99.02.02	PN	0,09095	0,07530	0,05130

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	189.576	156.950	106.938
4.03	Resultado Abrangente do Período	189.576	156.950	106.938

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	307.049	205.046	154.686
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	294.530	268.807	201.721
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	189.576	156.950	106.938
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-3.678	-1.469	-12.531
6.01.01.03	Depreciação e amortização	45.570	40.768	39.771
6.01.01.04	Baixa do ativo imobilizado, intangível e diferido	873	330	237
6.01.01.05	Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	7.684	5.949	-78
6.01.01.06	Juros e variações monetárias s/ debentures, emprest., financ. e leasing circulante e não circ.	21.537	27.823	19.556
6.01.01.07	Capitalização de custo de empréstimos	-338	-657	-2.347
6.01.01.08	Constituição e juros sobre contingências	-228	-82	993
6.01.01.09	Reversão (provisão) de devedores duvidosos	0	-6	-41
6.01.01.10	Provisão manutenção	31.357	36.512	34.938
6.01.01.11	Ajuste a valor presente da provisão manutenção	5.364	8.258	14.285
6.01.01.12	Resultado de operações com derivativos	-4.728	-4.282	0
6.01.01.13	Valor justo sobre financiamento	1.541	-1.287	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	12.519	-63.761	-47.035
6.01.02.01	Contas a receber	-49	475	517
6.01.02.02	Partes relacionadas	-2.555	-4.133	-4.099
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-1.783	173	-84
6.01.02.04	Despesas antecipadas	1.957	-1.521	-160
6.01.02.05	Outras contas a receber	470	129	72
6.01.02.06	Fornecedores	-2.992	1.253	6.517
6.01.02.07	Fornecedores - Partes relacionadas	57	-2.873	2.442
6.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	1.803	-125	3.843
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para imposto de renda e cont. social	39.918	1.142	2.803
6.01.02.10	Liquidação de contingências	0	0	-392
6.01.02.12	Realização provisão manutenção	-23.982	-59.704	-58.819
6.01.02.13	Outras contas a pagar	8	-61	325
6.01.02.14	Obrigações com o poder concedente	-333	1.484	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-28.955	-12.168	-52.458
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-6.101	-2.709	-6.162
6.02.02	Adição ao ativo intangível	-22.854	-9.459	-46.296
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-226.904	-205.908	-67.148
6.03.01	Captações	263	80.000	200.664
6.03.02	Pagamento de principal	-30.510	-2.062	-54.257
6.03.03	Pagamento de juros	-22.565	-40.701	-3.448
6.03.04	Dividendos pagos	-169.380	-243.145	-201.059
6.03.05	Juros sobre capital proprio	0	0	-9.048
6.03.06	Liquidação das operações com derivativos	-4.712	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	51.190	-13.030	35.080
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	31.108	44.138	9.058
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	82.298	31.108	44.138

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	109.400	0	53.379	0	0	162.779
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	109.400	0	53.379	0	0	162.779
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.400	0	-34.838	-139.942	0	-169.380
5.04.01	Aumentos de Capital	5.400	0	-5.400	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-29.438	-139.942	0	-169.380
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	189.576	0	189.576
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	189.576	0	189.576
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	49.634	-49.634	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	49.634	-49.634	0	0
5.07	Saldos Finais	114.800	0	68.175	0	0	182.975

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	107.480	0	141.494	0	0	248.974
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	107.480	0	141.494	0	0	248.974
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.920	0	-126.186	-118.879	0	-243.145
5.04.01	Aumentos de Capital	1.920	0	-1.920	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-124.266	-118.879	0	-243.145
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	156.950	0	156.950
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	156.950	0	156.950
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	38.071	-38.071	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	38.071	-38.071	0	0
5.07	Saldos Finais	109.400	0	53.379	0	0	162.779

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	107.480	0	215.989	0	0	323.469
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	107.480	0	215.989	0	0	323.469
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-122.233	-93.214	0	-215.447
5.04.06	Dividendos	0	0	-122.233	-93.214	0	-215.447
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	106.938	0	106.938
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	106.938	0	106.938
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	47.738	-13.724	0	34.014
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	47.738	-13.724	0	34.014
5.07	Saldos Finais	107.480	0	141.494	0	0	248.974

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	558.140	477.297	447.963
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	547.428	468.602	440.247
7.01.02	Outras Receitas	10.712	8.695	7.716
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-118.558	-97.318	-160.213
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	0	-40.381	-104.281
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	0	-20.425	-20.993
7.02.04	Outros	0	-36.512	-34.939
7.02.04.01	Provisão de manutenção	0	-36.512	-34.939
7.03	Valor Adicionado Bruto	439.582	379.979	287.750
7.04	Retenções	-45.570	-40.768	-39.771
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-45.570	-40.768	-39.771
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	394.012	339.211	247.979
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	41.726	13.983	5.816
7.06.02	Receitas Financeiras	41.726	13.983	5.816
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	435.738	353.194	253.795
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	435.738	353.194	253.795
7.08.01	Pessoal	30.564	29.022	19.164
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.031	20.224	13.459
7.08.01.02	Benefícios	7.882	7.326	805
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.239	1.181	186
7.08.01.04	Outros	412	291	4.714
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	147.443	124.724	94.205
7.08.02.01	Federais	120.567	101.051	73.314
7.08.02.02	Estaduais	92	89	71
7.08.02.03	Municipais	26.784	23.584	20.820
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	68.155	42.498	33.488
7.08.03.01	Juros	67.433	41.882	32.446
7.08.03.02	Aluguéis	722	616	1.042
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	189.576	156.950	106.938

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.08.04.02	Dividendos	139.942	118.879	59.200
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	49.634	38.071	47.738

Relatório da Administração

Relatório da administração

Senhores Acionistas,

Submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com a legislação societária e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. Discorre também, sobre o trabalho que a CCR Rodonorte vem desenvolvendo dentro das suas concepções de buscar desafios e superar limites.

1. Apresentação

A CCR Rodonorte é a empresa responsável pela administração de 567 quilômetros de rodovias no Estado do Paraná, formando o corredor de escoamento dos principais pólos de produção agrícola do Estado ao porto de Paranaguá e aos países do Mercosul. O sistema abrange a BR-277 e a BR-376, ligando Curitiba às principais cidades no Norte do Estado; a PR-151, entre Ponta Grossa e Jaguariaiva, além da BR-373, entre Ponta Grossa e a saída para o Norte do Paraná e Foz do Iguaçu.

Com fluxo médio de 83,7 mil veículos por dia, a CCR Rodonorte é a quarta empresa do Grupo CCR em faturamento, e a maior das seis concessionárias do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná (Anel de Integração).

2. Cenário Econômico

Apesar do fraco desempenho da economia brasileira em 2012, o bom desempenho do agronegócio na região de abrangência das rodovias administradas pela CCR Rodonorte e sua cadeia produtiva, principal atividade geradora de tráfego em nossas rodovias, propiciou um aumento do tráfego pedagiado de 9%, em veículos equivalentes totais, quando comparado ao ano de 2011.

O bom desempenho do agronegócio foi possível pela safra recorde 2011/2012 e pelos preços favoráveis das commodities agrícolas de exportação. O Porto de Paranaguá bateu recordes na movimentação e exportações em volume de produtos, com crescimentos de 9% e 12% respectivamente em relação ao ano anterior.

No tráfego de passeio, a economia aquecida e a maior facilidade nas linhas de crédito, impulsionaram as vendas de veículos leves, demonstrando o bom momento vivido pelo setor automobilístico.

3. Destaques

O reajuste previsto em contrato foi autorizado pelo Poder Concedente no dia 1 de dezembro de 2012. o reajuste do ano de 2012 foi de 4,69%, os índices utilizados estão devidamente elencados no contrato de concessão.

4. Obrigações da concessionária

Todas as obrigações contratuais do Contrato de Concessão estão sendo cumpridas, com destaque, em 2012, para a retomada das obras de melhoria e ampliação de capacidade, com o início da duplicação da Rodovia BR-277, Contorno de Campo Largo. Além disso, foi destaque a entrega de

Relatório da Administração

35 km de manutenção de rodovias, a elaboração dos projetos executivos da duplicação de 20 km da Rodovia BR-376 e a implantação da passarela da BR-277, próximo a entrada do Parque Barigui.

5. Desempenho Econômico Financeiro

- **Receitas**

Quase a totalidade das receitas da CCR Rodonorte advém da cobrança de pedágios. Outras fontes de pouca relevância incluem publicidade, tarifas de liberação de cargas especiais e de projetos de liberação de acessos, além da exploração da faixa de domínio.

A receita da companhia no ano de 2012 foi 16,94 % superior a do ano de 2011. Esta receita sofreu impacto dos reajustes de tarifas aplicados no mês de dezembro de 2011 e dezembro de 2012, além do crescimento do tráfego explicado acima.

A receita de construção da companhia no ano de 2012 foi 322,54 % superior a 2011 devido ao início das obras de melhoria e ampliação de capacidade.

	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>Crescimento</u>
Receita Operacional Bruta	R\$ 477.297	R\$ 558.140	16,94%
Receita de Pedágio	R\$ 463.195	R\$ 524.581	13,25%
Receita de Construção	R\$ 5.407	R\$ 22.847	322,54%
Receita Acessória	R\$ 8.695	R\$ 10.712	23,20%

- **Despesas operacionais**

A gestão da companhia no ano de 2012 dedicou especial atenção aos custos operacionais, promovendo melhorias de processos que propiciaram efetiva redução de custos e melhoria de resultados.

- **Recolhimento de Tributos**

A CCR Rodonorte continua gerando benefícios para as comunidades através do recolhimento de impostos e tributos que reforçam os cofres dos municípios servidos pelas rodovias sob sua administração.

Em 2012, os recolhimentos destes tributos pela CCR Rodonorte chegaram a R\$ 147,44 milhões. Somente de ISSQN, foram recolhidos R\$ 26,74 milhões no ano de 2012. A CCR Rodonorte repassa aos municípios da sua área de abrangência uma alíquota mensal sobre a receita arrecadada, de acordo com os critérios estabelecidos por lei.

Relatório da Administração

6. Atendimento ao Usuário

Em 2012, o Sistema de Atendimento aos Usuários da CCR Rodonorte, com suas equipes e viaturas em atuação 24 horas por dia, atingiu 93,8 mil atendimentos, assim distribuídos:

- 3.797 acionamentos de resgate pré-hospitalar;
- 34.973 acionamentos de guinchos leves e pesados;
- 55.034 acionamentos de inspeção de tráfego.

7. Responsabilidade Social

Em 2012, além das obras e serviços prestados nas rodovias sob sua administração, a CCR Rodonorte também destinou recursos e investiu em diversos programas de impacto positivo na comunidade, principalmente nas áreas de saúde, educação e cultura, além de uma série de outras iniciativas que contribuíram para a formação educacional e profissional, a conscientização ambiental e a cidadania. Somente os principais programas sociais desenvolvidos pela CCR Rodonorte beneficiaram cerca de 170 mil pessoas em 2012.

Principais Programas desenvolvidos:

- **Programa Parto Humanizado atendeu 2.123 gestantes**

Em 2012, 2.123 gestantes foram atendidas pelo Programa Parto Humanizado e Laços de Amor, realizado pela CCR Rodonorte nas cidades de Ponta Grossa, Apucarana, Piraí do Sul, Ortigueira, Imbaú e Tibagi, em parceria com as prefeituras e Pastoral da Criança. O objetivo é auxiliar os municípios da sua área de atuação na luta pela redução dos índices de mortalidade infantil. Para isso, a Concessionária motiva as gestantes para a realização do pré-natal, repassando um enxoval para o bebê para todas as gestantes que comprovam a realização do pré-natal.

- **Estrada para Saúde atende mais de 547 caminhoneiros**

Em 2012, 547 motoristas de caminhão foram beneficiados com a realização de exames médicos e com tratamento odontológico preventivo. Os serviços são gratuitos e foram realizados diretamente na estrada, através do Programa Estrada para a Saúde. Em uma unidade móvel adaptada com dois consultórios médicos, gabinete odontológico completo e sala de exames, o Estrada para a Saúde oferece gratuitamente consulta médica, exames de diabetes, triglicérides e colesterol, além da medição da pressão arterial, índice de massa corporal e vacinas. O motorista ainda pode cortar o cabelo e participar da Oficina do Sexo Seguro, com palestras sobre doenças sexualmente transmissíveis e distribuição de preservativos. O programa é realizado uma vez por semana, em pátios dos principais postos de combustíveis, às margens das rodovias PR 151, BR-277, BR-373 e BR-376. Em 2012, o programa foi realizado no pátio do restaurante Parada 39 (Fedatto) na BR-277, km 134 próximo a Praça de Pedágio Purunã.

- **Estrada para a Cidadania para 23.379 crianças**

A iniciativa é desenvolvida pela CCR Rodonorte em parceria com as prefeituras municipais. O 'Estrada para a Cidadania' leva a matéria Educação para o Trânsito para as escolas públicas municipais. Os professores recebem capacitação para o tema em quatro oficinas anuais, nas duas cidades, ministradas pela empresa que produz o material didático – que tem inclusive

Relatório da Administração

cartilha em braile. Em 2010, mais de 100 professores e mais de 4 mil crianças de Apucarana e Ponta Grossa, participaram do programa. Além das oficinas pedagógicas, o projeto “Estrada para a Cidadania” realiza diversos concursos e atividades culturais, como concurso de desenho, distribuição de cartas escritas pelos alunos para motoristas nas rodovias e blitz educativas, com a presença das crianças em postos da Polícia Rodoviária Federal e ações com a Escola de Trânsito do DER. O projeto busca a formação em segurança no trânsito, com claro direcionamento para a formação cidadã. Na sala de aula, o conteúdo é tratado de forma interdisciplinar, dialogando a questão trânsito com todas as outras disciplinas. Em 2012, o programa foi realizado em 7 cidades (Apucarana, Ponta Grossa, Tibagi, Carambeí, Castro, Jaguariávia e Campo Largo) com os temas Trânsito e Meio Ambiente. Foram 12.428 alunos com o tema Trânsito e 10.951 com o tema Meio Ambiente e 847 professores de mais de 200 escolas.

- **Trabalho voluntário arrecada e distribui 11 toneladas de alimentos**

Em 2012, 11.110 quilos de alimentos foram doadas para mais de 15 entidades assistenciais de Ponta Grossa. Mais de 4 mil pessoas foram beneficiadas.

- **Apoio ao Festival Nacional de Teatro (Fenata)**

Há onze anos a CCR Rodonorte apoia o Festival Nacional de Teatro, realizado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. A parceria tem proporcionado resultados cada vez melhores. A cada ano, um número cada vez maior de companhias artísticas demonstra interesse em participar do evento que é considerado um dos mais tradicionais do Sul do Brasil. Pessoas de todas as partes do Brasil vêm ao Paraná para apresentar sua arte. Quem sai ganhando é a comunidade, que pode assistir aos espetáculos com reconhecimento nacional. Em 2012, o público do Festival foi de 35 mil e foram realizadas 206 apresentações.

- **SacoLona**

Preocupada com a preservação do meio ambiente a CCR Rodonorte lançou no ano de 2008 um projeto sócio-ambiental. O objetivo é confeccionar sacolas retornáveis feitas com as lonas utilizadas em campanhas educativas na rodovia. Em 2009 o número de costureiras aumentou, passando de 14 para 60. A CCR Rodonorte e outras empresas disponibilizam para as costureiras as lonas utilizadas para a comunicação. Em 2012, o projeto retirou cerca de 6 toneladas de lonas de circulação e produziu cerca de 10 mil produtos. Além de dar a destinação correta para o material utilizado nas rodovias, a CCR Rodonorte ainda ajuda a garantir emprego e renda para as mulheres envolvidas.

- **Cine Tela Brasil**

Em 2012 a CCR Rodonorte realizou mais uma edição do programa Cine Tela Brasil, que tem por objetivo levar as produções do cinema brasileiro ao encontro das comunidades que vivem nos municípios do entorno das rodovias administradas pela CCR Rodonorte. Mais de 6 mil crianças, jovens e adultos puderam participar das sessões de cinema realizadas na sala de cinema itinerante. No total, 3 cidades foram atendidas pelo programa.

- **Viva Coração**

Esse projeto visa a capacitação de diversos públicos da comunidade para reanimação cardiopulmonar. Esta iniciativa pretende levar ao conhecimento do maior número possível de

Relatório da Administração

peças alguns procedimentos simples, porém que podem ser muito úteis em casos de paradas respiratórias, infartos e outras situações de emergência. Em 2012, o projeto treinou mais de 300 pessoas através de eventos realizados em escolas, empresas e feiras.

- **Núcleo Esporte e Educação**

Desde 2009, o Grupo CCR mantém 12 núcleos do Instituto Esporte & Educação que atendem, regularmente, cerca de 8.000 crianças e adolescentes de 4 a 18 anos, além de 400 mães e pais de alunos, em áreas de alta vulnerabilidade e risco social nas cidades de Sorocaba (SP), Embú (SP) e Ponta Grossa (PR). O Instituto Esporte & Educação tem como idealizadora a ex-atleta Ana Moser e contribui para a formação do cidadão crítico e participativo, por meio do processo educativo do esporte, incluindo as modalidades basquetebol, capoeira, futsal, ginástica artística, handebol, peteca, queimada e voleibol. O programa ainda conscientiza a população atendida, direta e indiretamente, sobre a importância da atividade física e hábitos de higiene para melhora e manutenção da qualidade de vida e desperta para a formação profissional em áreas sociais de educação e saúde.

Em Ponta Grossa, o projeto atende 650 alunos da escola Marta Filipkowski de Lima no Jardim Cachoeira e Escola Municipal Zilá Bernadete Bach na Vila Dom Bosco.

- **Circo Roda Brasil**

O projeto surgiu da união dos grupos teatrais Parlapatões e Pia Fraus no início de 2006, com o objetivo de renovar o conceito da atividade circense. A junção das companhias aproveita as características de suas linguagens específicas, compondo uma unidade no que diz respeito à comunicação direta com a platéia, à utilização de recursos de picadeiro, a uma constante pesquisa cênica e à manutenção de seus respectivos repertórios. O Circo Roda Brasil responde aos anseios de artistas que sempre sonharam em seguir pelas estradas, levando às cidades brasileiras suas variadas linguagens cênicas: teatro, circo e teatro de bonecos.

Desde de 2007, quando foi a primeira temporada do Circo Roda Brasil no Paraná, mais de 100 mil pessoas já assistiram aos espetáculos. Em 2012, o espetáculo foi realizado em Curitiba e Ponta Grossa e mais de 22 mil pessoas assistiram o espetáculo Caravana – Memórias de um Picadeiro.

- **Campanha “De Volta Pra Casa”**

Os recibos de pedágio emitidos pelas praças de pedágio administradas pela CCR Rodonorte continuam sendo utilizados com o objetivo de ajudar a encontrar crianças e adolescentes desaparecidos no Estado. Por mês são emitidos aproximadamente 1,5 milhão de recibos com as fotografias de crianças desaparecidas, impressas no verso, atingindo usuários das mais diversas origens e destinos do Estado do Paraná e de todo o País. A iniciativa faz parte da Campanha “De Volta Pra Casa”, em parceria com o Movimento Nacional em Defesa da Criança Desaparecida do Estado do Paraná. A Campanha já ajudou a encontrar um adolescente de 15 anos que voltou para casa, em Campo Largo, no Paraná, depois de três anos desaparecido. Esta ação, além de manter viva a esperança de muitos pais reencontrarem seus filhos, contribui para o trabalho de prevenção.

Relatório da Administração

8. Reconhecimentos

- **Selo Social – Ponta Grossa**

Em 2012 a CCR Rodonorte recebeu, pelo décimo ano consecutivo, o Selo Social concedido pela Prefeitura de Ponta Grossa em reconhecimento pela realização e participação em projetos sociais de interesse comunitário desenvolvido dentro do município de Ponta Grossa. Neste ano, a empresa voltou a receber o Selo na categoria Ouro devido ao elevado número de pessoas beneficiadas pelos programas sociais realizados cidade.

9. Agradecimentos

Finalizando queremos expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e todos os colaboradores da Rodonorte.

10. Considerações Finais

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

11. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Ponta Grossa, 27 de fevereiro de 2013.

A Administração

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

a) Constituição e objeto

A Companhia foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem por objetivo a recuperação, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração do lote n.º 5 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, com um total de 567,8 quilômetros, mediante cobrança de pedágio, inclusive prestando serviços de socorro médico, serviços de guincho e reboque de veículos, serviços de informação ao usuário e demais atos correlatos necessários ao cumprimento do objeto, durante o prazo de 24 anos, ou seja, até 21 de novembro de 2021.

O lote n.º 5 é constituído pelas rodovias: (i) BR-376, entre Apucarana e São Luís do Purunã, passando por Ponta Grossa; (ii) BR-277, entre São Luís do Purunã e Curitiba; (iii) PR-151, entre Jaguariaíva e Ponta Grossa; e (iv) pelos trechos rodoviários de acessos àquelas rodovias. O contrato de concessão do lote, não oneroso, prevê a obrigação de realização de investimentos.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 24 de junho de 1998, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados “trabalhos iniciais”, conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de dezembro.

b) Discussões em juízo com o Poder Concedente

i. Redução unilateral da tarifa de pedágio

Em 20 de julho de 1998, o Governo do Paraná reduziu unilateralmente a tarifa de pedágio de todas as concessionárias paranaenses. No caso da companhia, a redução foi de 50%. Proposta ação judicial contra a medida em 13 de agosto de 1998, a mesma foi encerrada por acordo, homologado judicialmente em 24 de março de 2000.

O Ministério Público Federal recorreu visando: (a) à anulação do acordo, pela ausência de participação do Ministério Público na definição do acordo; ou (b) à redução da tarifa em 50%. Os pedidos do Ministério Público não foram acatados e o processo foi julgado definitivamente sem resolução de mérito. As tarifas de pedágio continuam sendo cobradas com base no acordo.

Atualmente o processo encontra-se suspenso, por requerimento das partes, diante da possibilidade da celebração de acordo.

ii. Anulação de Aditivos ao Contrato de Concessão (2000 e 2002)

A ação visa à anulação dos termos aditivos ao contrato de concessão (2000 e 2002) e da decisão homologatória das respectivas transações (item “i”), os quais restabeleceram as tarifas de pedágio e reequilibraram o Contrato de Concessão. De início, o processo teve seu andamento suspenso, condicionado ao julgamento definitivo da ação sobre redução unilateral de tarifa (item “i”). Atualmente o processo encontra-se suspenso, por requerimento das partes, diante da possibilidade da celebração de acordo.

Notas Explicativas

iii. Processo de encampação

Em 4 de julho de 2003, foi publicada a Lei nº. 14.065, autorizando o Estado do Paraná a encampar a Companhia, nos termos da legislação e contrato de concessão.

A Companhia propôs ação judicial em 22 de agosto de 2003, contra a União, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR). Os trabalhos da Comissão de Encampação estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses.

Atualmente o processo encontra-se suspenso, por requerimento das partes, diante da possibilidade da celebração de acordo.

iv. Decreto expropriatório

Em 8 de janeiro de 2004, o Governo do Paraná promulgou o Decreto nº. 2.462, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto da Companhia. Em razão disso, os acionistas e a Companhia ajuizaram ação em 14 de janeiro de 2004, contra a União, o DNIT, o Estado do Paraná e o DER/PR.

Em 10 de fevereiro de 2004, uma medida liminar suspendeu a eficácia do referido Decreto até o julgamento final da ação. O Estado do Paraná recorreu dessa decisão liminar em três oportunidades (STJ em 5 de maio de 2004; Pleno do STJ em 6 de maio de 2004 e Corte Especial do STJ em 17 de novembro de 2004), sem resultado favorável, mantendo-se suspenso o Decreto nº. 2.462/04.

Atualmente o processo encontra-se suspenso, por requerimento das partes, diante da possibilidade da celebração de acordo

v. Reajustes tarifários de 2003 a 2010

Entre os anos de 2003 e 2010, a Companhia encontrou dificuldades em conseguir junto ao DER do Estado do Paraná a autorização para aplicação do reajuste tarifário contratual, cuja data base é 1º de dezembro de cada ano; tendo sido necessário o ajuizamento de medidas judiciais para garantir esse direito. Os reajustes de 2011 e de 2012 foram autorizados sem a necessidade de ação judicial.

Todos os reajustes tarifários no referido período foram aplicados de acordo com o percentual previsto em contrato, após a obtenção de liminares. As ações referentes aos reajustes de 2003 a 2009 tiveram sentenças favoráveis à Companhia. A ação relativa ao reajuste de 2010 aguarda sentença. Os recursos interpostos contra as sentenças proferidas nas ações referentes aos reajustes de 2003 e 2005 a 2009 estão pendentes de julgamento. O recurso referente ao reajuste de 2004 foi julgado, tendo sido mantida a sentença de procedência da ação.

Notas Explicativas

O contrato de concessão prevê o reequilíbrio econômico-financeiro, ressarcindo a Companhia pelo período em que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual.

Diante da possibilidade da celebração de acordo nas referidas ações, as partes requereram a suspensão dos aludidos feitos.

vi. Procedimentos administrativos

O DER/PR expediu Autos de Infração contra a Companhia, no primeiro semestre de 2004, por supostas irregularidades de pavimento, que desatenderiam ao índice IGG (Índice de Gravidade Global). A Companhia se defendeu alegando que esse índice contratual somente é aplicável aos trechos rodoviários restaurados, o que não era o caso dos trechos fiscalizados. Além disso, demonstrou o cumprimento do cronograma de restauração de pavimentos. O DER/PR negou provimento e aplicou multas no valor aproximado de R\$ 16.000. A Companhia ajuizou ação e as multas encontram-se suspensas, liminarmente, desde 22 de agosto de 2005. O processo encontra-se na fase de instrução.

Em dezembro de 2004, o DER/PR abriu processo administrativo (Portaria nº 732/2004- DER-PR) para apuração das mesmas irregularidades, mas visando declarar a caducidade do contrato de concessão.

A Companhia ingressou com duas ações judiciais, sendo uma para declarar a nulidade da Portaria nº 732/2004- DER-PR a qual indevidamente instaurou processo administrativo para o fim de decretar a caducidade do Contrato de Concessão, e a outra para declarar a inexistência das infrações invocadas pela Portaria, alegando a duplicidade de procedimentos e penalidades decorrentes dos mesmos fatos, além de vícios formais na constituição da comissão julgadora do procedimento. Em 3 de fevereiro de 2005, foi deferida liminar na primeira ação para suspender o processo administrativo e a exigibilidade das multas aplicadas. Diante da possibilidade da celebração de acordo nas referidas ações, as partes requereram a suspensão dos aludidos feitos.

vii. Redução de tarifa – receita maior

O DER propôs ação civil pública, em maio de 2007, pleiteando redução das tarifas de pedágio, sob alegação de que a Companhia auferiu receitas alternativas e financeiras superiores e custos inferiores ao previsto, em montante que superou as perdas de receita decorrentes da não autorização tempestiva de reajustes e o valor dos investimentos adicionais ainda não reequilibrados. O pedido de liminar foi negado. A Justiça Federal não se reconheceu competente para julgar a causa, contra o que, foi interposto recurso pela Concessionária e ao qual foi dado provimento. Foi mantida a competência da Justiça Federal, em virtude da União e DNIT serem partes no processo. Sentença de extinção da ação sem julgamento do mérito, com recurso da parte contrária pendente de julgamento.

Diante da possibilidade da celebração de acordo nas referidas ações, as partes requereram a suspensão dos aludidos feitos.

Notas Explicativas

2. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

b) Apuração do resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

c) Receitas de Serviços

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços;

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura deve contabilizar receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com a deliberação CVM 576/09, correlacionada ao CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

d) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Notas Explicativas

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui ativos financeiros não derivativos conforme informado na nota nº 22.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos e passivos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

- Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício.

Notas Explicativas

- Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações foram reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo quando designados.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

f) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

g) Ativo imobilizado

- *Reconhecimento e mensuração*

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens que não estejam vinculados diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, eles são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Notas Explicativas

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que ele se refere, caso contrário, é reconhecido no resultado como despesa.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos dentro do imobilizado e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- *Depreciação*

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

h) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados.

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

- Direito de concessão gerado na aquisição de negócios.

Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

- Direito de exploração de infraestrutura – vide item q.

i) Ativos arrendados

- Arrendamento mercantil operacional

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº 17 a.

Notas Explicativas

- Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil que transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são caracterizados como de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor.

Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo, conforme nota explicativa nº 17 b.

j) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados dos negócios, com base nos orçamentos aprovados, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Notas Explicativas

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

Provisão de manutenção - contratos de concessão:

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

l) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros.

Notas Explicativas

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

m) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção.

n) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram

Notas Explicativas

decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração do imposto de renda e contribuição social.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

p) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido do exercício e a média ponderada de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

q) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar (divulgado na nota explicativa nº 24) ao Poder Concedente, sob o entendimento dos contratos de concessão de suas investidas serem contratos executórios. Nos contratos de concessão a relação entre as partes é continuada, havendo obrigações recíprocas a ser cumpridas ao longo de toda a concessão, sendo que o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato.

Neste tipo de contrato, tanto o concessionário quanto o Poder Concedente possuem o direito de rescisão, sendo que o concessionário será indenizado pelos investimentos realizados e não amortizados. A Administração da Companhia avalia que o contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

Notas Explicativas

r) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, dependendo de sua classificação.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

s) Demonstrações de valor adicionado

A companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), nos termos do CPC 09 – Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

t) *Novos pronunciamentos e interpretações*

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee – IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros Estabelece a divulgação - compensação de ativos e passivos financeiros	(a)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	(c)
IFRS 7 e IFRS 9 – Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição	(c)
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 – Modificações a IFRS 7, IFRS 11 e IFRS 12	Demonstrações financeiras consolidadas, negócios em conjunto e divulgações de participações em outras entidades: guia de transição	(a)
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12	(a)
IFRS 11 - Acordos de participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em “joint ventures”, eliminando o método de consolidação proporcional	(a)
IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas	(a)
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros	(a)
IFRS 13 - Medições de valor justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos	(a)
IAS 19 - Revisada em 2011	Benefícios a empregados	(a)
IAS 27 (R) - Modificações na IAS 27	Demonstrações separadas	(a)
IAS 28 (R) - Modificações na IAS 28	Investimento em coligada e em controlada e <i>joint ventures</i>	(a)
IAS 32 – Modificações a IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros	(b)

- (a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013;
- (b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014; e
- (c) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotadas pela Companhia em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012. Os referidos pronunciamentos e interpretações não causaram efeitos nas presentes demonstrações.

Notas Explicativas

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 1 - Modificações na IFRS 1 - Primeira adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as Entidades que fazem a adoção pela primeira vez.	(b)
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	(a)
IFRIC 19 - Extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais.	(b)
IFRIC 14 - Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	Retira as consequências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa.	(c)
IAS 1 - Modificações na IAS 1	Apresentação das demonstrações financeiras.	(c)
IAS 1 - Modificações na IAS 1	Apresentação dos itens de outros resultados abrangentes.	(d)
IAS 24 - Modificações na IAS 24	Introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais e alterou a definição de parte relacionada.	(c)

- (a) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de fevereiro de 2010;
- (b) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010;
- (c) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011; e
- (d) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2012.

Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que estas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Até o momento, os seguintes pronunciamentos já foram editados pelo CPC e aprovados pela CVM:

- CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto (equivalente a IFRS 11);
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (equivalente a IAS 19, revisada);
- CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (equivalente à IFRS 10);
- CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades (equivalente à IFRS 12); e
- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (equivalente ao IFRS 13).

Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos nas presentes demonstrações.

3. Apresentação demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aplicadas de maneira consistente.

Notas Explicativas

Em 27 de fevereiro de 2013, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

Reclassificações

No exercício de 2011, para fins de melhor apresentação e comparabilidade das demonstrações financeiras, efetuamos algumas reclassificações, as quais estão demonstradas a seguir. Também estão demonstradas as reclassificações do saldo de abertura, em 1º/01/2011.

Além disso, apresentamos nas notas explicativas 8(b) e 9 os saldos de abertura em 1º/01/2011.

	31/12/2011		
	(Emitido anteriormente)	(Reclassificações)	(Reapresentado)
Ativo			
Ativo circulante	59.132	-	59.132
Ativo não circulante			
Tributos diferidos	83.686	(83.686) (a)	-
Total do ativo não circulante	610.558	(83.686) (a)	526.872
Total do ativo	669.690	(83.686)	586.004
Passivo			
Passivo circulante	98.438	-	98.438
Passivo não circulante			
Tributos diferidos	111.562	(83.686) (a)	27.876
Total do Passivo não circulante	408.473	(83.686) (a)	324.787
Patrimônio Líquido	162.779	-	162.779
Total do Passivo	669.690	(83.686)	586.004

Notas Explicativas

	01/01/2011		
	(Emitido anteriormente)	(Reclassificações)	(Reapresentado)
Ativo			
Ativo circulante	<u>62.142</u>	<u>-</u>	<u>62.142</u>
Ativo não circulante			
Tributos diferidos	78.006	(78.006) (a)	-
Total do ativo não circulante	<u>634.006</u>	<u>(78.006) (a)</u>	<u>556.000</u>
Total do ativo	<u>696.148</u>	<u>(78.006)</u>	<u>618.142</u>
Passivo			
Passivo circulante	<u>111.193</u>	<u>-</u>	<u>111.193</u>
Passivo não circulante			
Tributos diferidos	107.351	(78.006) (a)	29.345
Total do Passivo não circulante	<u>335.981</u>	<u>(78.006) (a)</u>	<u>257.975</u>
Patrimônio Líquido	<u>248.974</u>	<u>-</u>	<u>248.974</u>
Total do Passivo	<u>696.148</u>	<u>(78.006)</u>	<u>618.142</u>

(a) Ajuste para apresentação líquida dos impostos diferidos, para alinhamento com entendimento de que os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos devem estar registrados pelo valor líquido no ativo ou passivo.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado;
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) requerem que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 3 Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível (ICPC 01 (R1))
- 7 Provisão para devedores duvidosos
- 8b Impostos diferidos
- 10 Depreciação do ativo imobilizado
- 11 Depreciação do ativo intangível
- 16 Provisão para contingências
- 18 Provisão de manutenção
- 17 Classificação de arrendamento mercantil
- 22 Mensuração de instrumentos financeiro

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo que é determinado para fins de registro contábil e divulgação, é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg).

Notas Explicativas

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swaps* de moeda e de taxa de juros e opções de compra de *Libor*, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros.

Operações de *swap* de juros e/ou de moeda

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando-se como base cotações de mercado futuras obtidas no mercado (BM&FBovespa e Bloomberg) adicionadas de eventuais cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos, sendo a curva ativa, a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

Opções de compra de *Libor* com teto (*cap*)

O valor justo das opções de compra é calculado utilizando-se o modelo de Black para precificação de opções de taxas de juros.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia, sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Notas Explicativas

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Como mitigados desse tipo de risco, busca-se realizar parte das captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as receitas.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da London Interbank Offered Rate (Libor), (2) da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos empréstimos em reais, (3) da Cesta de Moedas (UMBNDDES) relativa ao empréstimo em reais tomado com o BNDES, (4) Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M e CDI relativo às debêntures. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 13 e 14.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia, avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro abaixo representa os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 3 anos</u>	<u>Entre 4 e 5 anos</u>
Empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil financeiro	426	58	87
Debêntures	57.160	57.100	-

Notas Explicativas

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Caixa e bancos	3.606	2.179
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>78.692</u>	<u>28.929</u>
	<u>82.298</u>	<u>31.108</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 99,03% do CDI, equivalente a 8,31% ao ano (11,50% ao ano em 31 de dezembro de 2011).

7. Contas a receber de clientes

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Circulante		
Receitas acessórias	34	27
Pedágio eletrônico – outros	<u>1.704</u>	<u>1.662</u>
	<u>1.738</u>	<u>1.689</u>
Não Circulante		
Receitas acessórias	<u>2.118</u>	<u>2.118</u>
Provisão para devedores duvidosos (a)	<u>(2.118)</u>	<u>(2.118)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

(a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PDD) – É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A provisão para devedores duvidosos reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

Idade de Vencimentos dos Títulos em aberto

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Créditos a vencer	1.665	1.667
Créditos vencidos até 60 dias	<u>2.191</u>	<u>2.140</u>
	<u>3.856</u>	<u>3.807</u>

Notas Explicativas

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrados no resultado é demonstrada a seguir:

	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	<u>285.235</u>	<u>236.358</u>
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(96.980)	(80.362)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Incentivos fiscais não dedutíveis	-	(733)
Despesas com brindes e associações de classe	(979)	(70)
Despesas indedutíveis	(134)	(68)
Incentivo fiscal de dedução do imposto de renda	2.715	2.216
Outros ajustes tributários	<u>(281)</u>	<u>(391)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(95.659)</u>	<u>(79.408)</u>
Impostos correntes	(99.337)	(80.877)
Impostos diferidos	<u>3.678</u>	<u>1.469</u>
	<u>(95.659)</u>	<u>(79.408)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>34%</u>	<u>34%</u>

Notas Explicativas

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>01/01/2011</u>
Bases ativas			
Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção (b)	51.761	52.747	39.669
Constituição da provisão de manutenção (c)	23.257	18.925	24.003
Depreciação de obras lançadas no custo (a)	8.606	10.317	12.838
Provisão para devedores duvidosos	721	720	723
Provisão para participação nos resultados (PLR)	633	428	431
Depreciação e juros sobre arrendamento mercantil	402	-	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	149	227	256
Custo da transação na emissão de títulos	96	61	24
Valor justo de operações com derivativos	3.214	88	-
Varição Cambial	2.619	173	62
	<u>91.458</u>	<u>83.686</u>	<u>78.006</u>
Bases passivas			
Custo de empréstimos capitalizados (e)	(8.636)	(9.407)	(3.372)
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (d)	(98.642)	(99.921)	(103.877)
Resultado com operações de derivativos	(4.579)	(1.544)	-
Pagamentos de juros e principal arrendamento mercantil	(584)	(252)	(102)
Valor justo de operações com derivativos	(3.214)	(438)	-
	<u>(115.655)</u>	<u>(111.562)</u>	<u>(107.351)</u>
Passivo Diferido Líquido	<u>(24.197)</u>	<u>(27.876)</u>	<u>(29.345)</u>

- (a) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo nas práticas contábeis – Lei nº 11.638/07;
- (b) Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção nas práticas contábeis – Lei nº 11.638/07;
- (c) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “b”, conforme práticas contábeis – Lei nº 11.638/07;
- (d) Diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como melhorias nos termos das práticas contábeis – Lei nº 11.638/07;
- (e) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, no termos das práticas contábeis – Lei nº 11.638/07;

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 e em 1º de janeiro de 2011, assim como as transações que influenciaram os resultados do exercício de 2012 e 2011, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

Notas Explicativas

	Transações	Saldos	
		Ativo	Passivo
	Serviços Prestados	Conta a receber	Fornecedores e contas a pagar
Controladas			
CCR (c)	5.510	-	454
Outras partes relacionadas			
CPC (d)	5.921	-	477
STP / CGMP / SGMP (b)	-	20.262	-
Andrade Gutierrez Concessões (a)	-	-	1.291
Camargo Corrêa S.A. (a)	-	-	1.142
Cesbe (e)	-	-	97
J.Malucelli (a)	-	-	4.742
Total, 31 de dezembro de 2012	<u>11.431</u>	<u>20.262</u>	<u>8.203</u>
Total, 31 de dezembro de 2011	<u>10.765</u>	<u>17.707</u>	<u>8.146</u>
Total, 01 de janeiro de 2011	<u>-</u>	<u>13.574</u>	<u>11.019</u>

Despesas com profissionais chave da administração

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Remuneração:		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.107	1.093
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	1.369	1.283
Previdência privada	37	38
Seguro de vida	5	4
	<u>2.518</u>	<u>2.418</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Remuneração dos administradores (f)	1.459	838

Abaixo, apresentamos as notas relacionadas aos quadros:

- (a) Contrato de prestação de serviços de obras nas rodovias;
- (b) Valores de tarifa de pedágio cobrados de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados para a concessionária no período subsequente;

Notas Explicativas

- (c) Prestador exclusivo de serviços de contabilidade, assessoria, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR;
- (d) Prestador exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção ao Grupo CCR;
- (e) Refere-se a saldos de dividendos a pagar;
- (f) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração: conselho de administração (somente remuneração fixa), diretoria estatutária e diretoria não estatutária.

Na AGO realizada em 13 de abril de 2012, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 2.200, a qual não inclui os encargos sociais.

10. Ativo Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2012			2011		
		Custo	De preciação	Líquido	Custo	De preciação	Líquido
		Móveis e utensílios	11	2.145	(1.140)	1.005	1.936
Máquinas e equipamentos	15	8.094	(4.816)	3.278	7.980	(4.316)	3.664
Veículos	22	13.244	(7.386)	5.858	12.873	(6.363)	6.510
Sistemas operacionais	12	26.105	(12.851)	13.254	25.620	(11.520)	14.100
Imobilizações em andamento		2.847	-	2.847	1.305	-	1.305
		<u>52.435</u>	<u>(26.193)</u>	<u>26.242</u>	<u>49.714</u>	<u>(23.273)</u>	<u>26.441</u>

Movimentação do custo

	2011		2012			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Ressarcimento de verba PRF (b)	Saldo final
Móveis e utensílios	1.936	-	(132)	341	-	2.145
Máquinas e equipamentos	7.980	-	(352)	466	-	8.094
Veículos	12.873	-	(1.315)	2.598	(912)	13.244
Sistemas operacionais	25.620	-	(1.466)	1.951	-	26.105
Imobilizações em andamento	1.305	7.092	-	(5.550)	-	2.847
	<u>49.714</u>	<u>7.092</u>	<u>(3.265)</u>	<u>(194)</u>	<u>(912)</u>	<u>52.435</u>

Notas Explicativas

	2010		2011		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	2.044	-	(362)	254	1.936
Máquinas e equipamentos	8.841	-	(1.411)	550	7.980
Veículos	12.672	57	(789)	933	12.873
Sistemas operacionais	24.584	-	(1.989)	3.025	25.620
Imobilizações em andamento	325	2.990	-	(2.010)	1.305
	<u>48.466</u>	<u>3.047</u>	<u>(4.551)</u>	<u>2.752</u>	<u>49.714</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(b) Refere-se a obrigações contratuais conforme contrato de concessão, Convênio nº 081/2010.

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 79 no exercício de 2012 (R\$ 338 no exercício de 2011).

Movimentação da depreciação

	2011		2012	
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Saldo Final
Móveis e utensílios	(1.074)	(171)	105	(1.140)
Máquinas e equipamentos	(4.316)	(837)	337	(4.816)
Veículos	(6.363)	(1.596)	573	(7.386)
Sistemas operacionais	(11.520)	(2.708)	1.377	(12.851)
	<u>(23.273)</u>	<u>(5.312)</u>	<u>2.392</u>	<u>(26.193)</u>

Notas Explicativas

	2010		2011		
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transfêrência (a)	Saldo Final
Móveis e utensílios	(1.138)	(154)	222	(4)	(1.074)
Máquinas e equipamentos	(4.860)	(851)	1.375	20	(4.316)
Veículos	(5.127)	(1.923)	687	-	(6.363)
Sistemas operacionais	(11.056)	(2.405)	1.941	-	(11.520)
	<u>(22.181)</u>	<u>(5.333)</u>	<u>4.225</u>	<u>16</u>	<u>(23.273)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

11. Ativos Intangíveis

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia avaliou os valores recuperáveis de seus ativos, que são substancialmente oriundos de direito de concessão com prazo definido, com vistas a monitorar a existência de indicativos de perda de valor recuperável, sendo que não foram encontrados indícios que levassem ao entendimento de perdas em tais valores.

Para avaliação e determinação do valor em uso dos respectivos ativos intangíveis, a Companhia utilizou premissas chaves relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a respectiva elasticidade ao PIB de cada ativo.

	Taxa média anual de amortização %	2012			2011		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	737.173	(262.232)	474.941	714.067	(222.521)	491.546
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	5.106	(3.766)	1.340	4.905	(3.442)	1.463
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	1.086	(836)	250	1.086	(613)	473
		<u>743.365</u>	<u>(266.834)</u>	<u>476.531</u>	<u>720.058</u>	<u>(226.576)</u>	<u>493.482</u>

(*) Amortização pela curva do benefício econômico

Movimentação do custo

	2011		2012	
	Saldo Inicial	Adições	Transferências(a)	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura	714.067	23.113	(7)	737.173
Direitos de uso de sistemas informatizados	4.905	-	201	5.106
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.086	-	-	1.086
	<u>720.058</u>	<u>23.113</u>	<u>194</u>	<u>743.365</u>

Notas Explicativas

	2010		2011		
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências(a)	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura	707.956	9.778	(12)	(3.655)	714.067
Direitos de uso de sistemas informatizados	4.131	-	-	774	4.905
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	957	-	-	129	1.086
	<u>713.044</u>	<u>9.778</u>	<u>(12)</u>	<u>(2.752)</u>	<u>720.058</u>

Movimentação da amortização

	2011		2012	
	Saldo Inicial	Adições	Saldo Inicial	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura	(222.521)	(39.712)	(222.521)	(262.233)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(3.442)	(323)	(3.442)	(3.765)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(613)	(223)	(613)	(836)
	<u>(226.576)</u>	<u>(40.258)</u>	<u>(226.576)</u>	<u>(266.834)</u>

	2010		2011		
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura	(187.585)	(34.928)	8	(16)	(222.521)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(3.129)	(313)	-	-	(3.442)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(419)	(194)	-	-	(613)
	<u>(191.133)</u>	<u>(35.435)</u>	<u>8</u>	<u>(16)</u>	<u>(226.576)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 259 no exercício de 2012 (R\$ 319 no exercício de 2011). A taxa média mensal de capitalização no exercício de 2012 foi de 0,62% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,78% a.m. no exercício de 2011.

12. Fornecedores

	2012	2011
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	4.085	6.551
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	168	152
Cauções e retenções contratuais (b)	2.758	3.300
	<u>7.011</u>	<u>10.003</u>

(a) Refere-se principalmente aos valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

Notas Explicativas

(b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas desses prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária por parte do Grupo CCR. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

13. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Vencimento final	2012	2011
2. Banco Alfa S.A. (Finame)	5,5% a 7,7 % a.a.	Julho de 2017	263	- (b)
2. Diversos (Finame)	TJLP + 1% a 4,3% a.a.	Julho de 2015	1.055	2.233 (b)
Banco Alfa S.A. (Arrend. Mercantil)	CDI + 1,5% a.a.	Outubro de 2013	406	1.100 (b)
Subtotal em moeda nacional			1.724	3.333
1. Merrill Lynch (a)	US\$ + LIBOR + 1,5% a.a.	Novembro de 2013	94.132	84.897 (c)
Subtotal em moeda estrangeira			94.132	84.897
			95.856	88.230
Circulante				
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil financeiro			95.285	2.144
Não Circulante				
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil financeiro			571	86.086
			95.856	88.230

- a) Por entender ser informação mais relevante, dado que as operações estão integralmente protegidas por contratos de *swap*, a Companhia decidiu mensurar estas operações ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa nº 22 para maiores detalhes).

Garantias:

- b) Bens financiados.
- c) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2012
2014	426
2015	58
2016	58
2017	29
	571

1. Em 10 de novembro de 2011, foi contratado financiamento em moeda estrangeira (dólar americano), através da resolução 4131 do BACEN, com o Bank of America National Association, no montante de US\$ 45.819 mil, equivalente a R\$ 80.000, com vencimento final em 14 de novembro de 2013, sendo o pagamento de juros semestral e pagamento de principal no final da operação.

Notas Explicativas

Na mesma data, foi firmado contrato de *swap*, trocando 100% da variação cambial, dos juros e o IR sobre remessa ao exterior por 101% do CDI.

2. Contratados ao longo dos anos de 2007 a 2011, com taxas remuneratórias entre 1% a.a. e 4,3% a.a. mais TJLP, no valor nominal total de R\$ 2.233, destinam-se substancialmente à compra de caminhões, guinchos, plataformas de auto socorro, cesta aérea, ambulância e equipamentos de demarcação viária.

Em 2012, foram contratados novos financiamentos, com taxas remuneratórias fixas entre 5,50% a.a. e 7,70% a.a., no valor nominal total de R\$ 263, destinam-se substancialmente à compra de caminhões e guinchos.

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Custo efetivo do custo de transação (% a.a)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	Vencimento final	2012	2011
2a Emissão - Série única	115,50% do CDI	0,2025% (b)	1.645	576	Novembro de 2015	172.444	202.120 (a)
						172.444	202.120
						2012	2011
Circulante							
Debêntures e notas promissórias						58.760	31.675
Custos de transação						(307)	(398)
						58.453	31.277
Não Circulante							
Debêntures						114.260	171.420
Custos de transação						(269)	(577)
						113.991	170.843

(a) Não existem garantias.

(b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2012
2014	57.160
2015	57.100
	114.260

Em 15 de abril de 2010, foram emitidas 200.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, através de distribuição pública com esforços restritos, de série única, com valor nominal total de R\$ 200.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 11 de maio de 2010.

Notas Explicativas

Os juros estão sendo pagos em parcelas semestrais entre 15 de novembro de 2011 e 15 de novembro de 2015 e a amortização do principal, em parcelas semestrais entre 15 de novembro de 2012 e de 2015, podendo ser totalmente resgatadas a qualquer momento, a critério da emissora, com pagamento de prêmio definido na escritura.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:

- Distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou revisadas do primeiro semestre de cada ano, apresentarem, no mínimo, os seguintes índices:
 - Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,3;
 - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0;
 - (Dívida Líquida + Mútuos contraídos com os controladores diretos ou indiretos e/ou afiliadas) / EBITDA menor ou igual a 4,0.
- Contrair ou manter qualquer dívida, sem o consentimento dos financiadores, exceto as definidas na escritura.

Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2012.

15. Impostos e contribuições a recolher

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
IRPJ e CSLL	46.021	6.261
ISS	2.520	2.242
COFINS	6.935	6.770
IRRF	53	48
PIS, COFINS e CSLL retidos	155	129
PIS	314	278
Outros	247	599
	<u>56.245</u>	<u>16.327</u>

16. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas

Notas Explicativas

	<u>2011</u>	<u>2012</u>	
	Saldo inicial	Constituição/reversão de provisão	Saldo final
Não circulante			
Cíveis e administrativos	362	(63)	299
Trabalhistas e previdenciárias	165	(165)	-
Tributárias	191	-	191
	<u>718</u>	<u>(228)</u>	<u>490</u>

	<u>2010</u>	<u>2011</u>	
	Saldo inicial	Constituição/reversão de provisão	Saldo final
Não circulante			
Cíveis e administrativos	609	(247)	362
Trabalhistas e previdenciárias	-	165	165
Tributárias	191	-	191
	<u>800</u>	<u>(82)</u>	<u>718</u>

A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Cíveis e Administrativo	67.546	51.233
Trabalhistas	604	470
Tributárias	3.277	3.128
	<u>71.427</u>	<u>54.831</u>

17. Arrendamento Mercantil**a) Operacional**

A Companhia não incorreu com despesas com operações de arrendamento mercantil operacional em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 135 em 31 de dezembro de 2011), e não possui contrato de arrendamento mercantil operacional vigente.

b) Financeiro

A Companhia possui ativos no montante de R\$ 2.093 obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de até 3 anos, com cláusula de opção de compra.

Notas Explicativas

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia.

	Taxa média anual de depreciação %	2012			2011		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Veículos	20	2.094	(889)	1.205	2.053	(448)	1.605
		<u>2.094</u>	<u>(889)</u>	<u>1.205</u>	<u>2.053</u>	<u>(448)</u>	<u>1.605</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram reconhecidos como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro, os montantes de R\$ 79 relativos a despesas financeiras (R\$ 172 em 31 de dezembro de 2011) e R\$ 394 relativos a despesas de depreciação, ocorridos apenas em 2012.

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	2012		2011	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Até um ano	428	406	880	729
Acima de um ano e até cinco anos	-	-	462	371
	<u>428</u>	<u>406</u>	<u>1.342</u>	<u>1.100</u>

Os valores presentes acima foram calculados com base na taxa de juros dos contratos de arrendamento mercantil.

18. Provisão de manutenção

	2011		2012			
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	16.399	19.711	10.517	(23.982)	-	22.645
Não circulante	39.264	9.086	(2.593)	-	-	45.757
	<u>16.399</u>	<u>19.711</u>	<u>10.517</u>	<u>(23.982)</u>	<u>-</u>	<u>22.645</u>
	<u>39.264</u>	<u>9.086</u>	<u>(2.593)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>45.757</u>
	2010		2011			
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	45.079	19.532	3.717	(59.704)	7.775	16.399
Não circulante	25.518	16.980	4.541	-	(7.775)	39.264
	<u>45.079</u>	<u>19.532</u>	<u>3.717</u>	<u>(59.704)</u>	<u>7.775</u>	<u>16.399</u>
	<u>25.518</u>	<u>16.980</u>	<u>4.541</u>	<u>-</u>	<u>(7.775)</u>	<u>39.264</u>

As taxas para cálculo do valor presente são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem e estão demonstradas a seguir:

- Projetos com início de provisão até 2009: 14,75% a.a.
- Projetos com início de provisão em 2010: 12,34% a.a.
- Projetos com início de provisão em 2011: 12,62% a.a.

Notas Explicativas

- Projetos com início de provisão em 2012: 8,20% a.a.

19. Patrimônio Líquido

a. Capital social

Em 21 de dezembro de 2012, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária, no valor de R\$ 5.400, mediante capitalização de parte de Reserva Legal, sem a emissão de ações, passando o capital social da Companhia de R\$ 109.400 para R\$ 114.800, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, permanecendo dividido em 2.149.600.000 ações nominativas, sendo 716.533.333 ordinárias e 1.433.066.667 preferenciais.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva estatutária

É constituída à razão de 0,5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do Estatuto da Companhia, até o limite de 10% do capital Social.

d. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo CAD, o qual será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2013.

A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente, pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão.

e. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o Estatuto Social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 26 de março de 2012, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos propostos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$ 29.438 correspondentes a R\$ 0,0128 para ações ordinárias e R\$ 0,0141 para as ações preferencias á conta de reserva de retenção de lucros.

Em 26 de outubro de 2012, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 139.942 correspondentes a R\$ 0,0610 por ação ordinária e R\$ 0,0671 para as ações preferenciais à conta de lucros acumulados do período compreendido entre 1º de janeiro de 2012 a 30 de setembro de 2012.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2012 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

Notas Explicativas

Lucro líquido do exercício	189.576
(-) Constituição de reserva legal	(6.770)
(-) Constituição de reserva estatutária	<u>(948)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>181.858</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% sobre o lucro líquido ajustado	<u>45.465</u>
Dividendos intermediários pagos	<u><u>139.942</u></u>

f. Lucro por ação básico e diluído

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Numerador		
Lucro líquido disponível	189.576	156.950
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído	716.533.333	716.533.333
Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído	1.433.066.667	1.433.066.667
Lucro por ação ordinária - básico e diluído em R\$	0,0827	0,0685
Lucro por ação preferencial - básico e diluído em R\$	0,0909	0,0753

20. Receitas

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receitas de pedágio	524.581	463.195
Receitas de construção (ICPC 01)	22.847	5.407
Receitas acessórias	<u>10.712</u>	<u>8.695</u>
Receita bruta	<u>558.140</u>	<u>477.297</u>
Impostos sobre receitas	(46.388)	(40.805)
Devoluções e abatimentos	<u>(202)</u>	<u>(202)</u>
Deduções das receitas brutas	<u>(46.590)</u>	<u>(41.007)</u>
Receita líquida	<u><u>511.550</u></u>	<u><u>436.290</u></u>

Notas Explicativas

21. Resultado financeiro

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Despesas Financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamento e arrendamentos mercantis	(21.537)	(27.823)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(19.175)	(5.949)
Perda com operações de derivativos	(8.994)	(259)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(7.925)	(8.258)
Capitalização de custos dos empréstimos	338	657
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	(9.711)	-
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(1.046)	(411)
	<u>(68.050)</u>	<u>(42.043)</u>
Receitas Financeiras		
Variação cambial sobre empréstimo e financiamentos	11.491	-
Ganho com operações de derivativos	13.722	4.541
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	8.170	1.287
Rendimento sobre aplicações financeiras	8.336	6.185
Juros e outras receitas financeiras	7	1.970
	<u>41.726</u>	<u>13.983</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(26.324)</u>	<u>(28.060)</u>

22. Instrumentos financeiros

Política

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

É adotada a manutenção de contratos de *hedge* para proteção de 100% dos pagamentos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, vencidos nos próximos 24 meses.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros por categoria

	2012			2011		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)
Ativos						
Aplicações financeiras	78.692	-	-	28.929	-	-
Contas a receber	-	1.738	-	-	1.689	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	20.262	-	-	17.707	-
Contas a receber com operações de derivativos	13.722	-	-	-	4.282	-
Passivos						
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	(406)	-	-	(1.100)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(1.318)	-	-	(2.233)
Empréstimos em moeda estrangeira	(94.132)	-	-	(84.897)	-	-
Debêntures	-	-	(172.444)	-	-	(202.120)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(8.462)	-	-	(11.445)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(8.203)	-	-	(8.146)
	<u>(1.718)</u>	<u>22.000</u>	<u>(190.833)</u>	<u>(55.968)</u>	<u>23.678</u>	<u>(225.044)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil;
- **Contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Arrendamento mercantil, fornecedores e outras contas a pagar e fornecedores – partes relacionadas** – Estão registrados pelo método do custo amortizado.
- **Empréstimos mensurados ao valor justo por meio do resultado** - A Companhia contratou operações em moeda estrangeira (dólar norte-americano), sendo que na mesma data da contratação foi firmado contrato de *swap* trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior, por 101% do CDI. A Administração da Companhia entendeu que a mensuração dessa dívida pelo valor justo (fair value option), tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo enquanto que a dívida seria pelo custo amortizado. Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa n° 13.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas através de fontes públicas (BM&FBovespa, Bloomberg), mais cupom da operação e trazendo a valor presente pelo cupom sujo.

Notas Explicativas

- **Empréstimos e debêntures mensurados ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	<u>2012</u>		<u>2011</u>	
	Valor contábil (a)	Valor Justo	Valor contábil (a)	Valor Justo
Debêntures	173.020	176.060	203.095	209.749

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

- **Financiamentos** – Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Aplicações financeiras	78.692	28.929
Derivativos a receber e a pagar	13.722	-
Empréstimos em moeda estrangeira	(94.132)	86.184

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações da Libor, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de hedge e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia, contratou operações com derivativos, visando proteger a totalidade dos fluxos de caixa de seu endividamento em moeda estrangeira.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo, quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados:

Notas Explicativas

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores de Referência (Nacional)		Valor Justo		Valores Brutos Líquidados		Efeito Acumulado		Resultado	
				Moeda Estrangeira	Moeda Local	Moeda Local	Moeda Local	Recebidos/(Pagos)	Recebidos/(Pagos)	Valores a receber/(recebidos)	Valores a pagar/(pagos)	Efeito acumulado ganho/(Perda)	Efeito acumulado ganho/(Perda)
				31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Posição ativa	MerryLinch	14/11/2011	14/11/2013 USD + Libor + 1,5% a.a	45.819	85.947	94.449	85.538	(4.712)	-	13.722	4.282	(4.712)	-
Posição passiva			101 % do CDI			(80.727)	(81.256)						
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2012						13.722	4.282	(4.712)	-	13.722	4.282	(4.712)	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES						13.722	4.282	(4.712)	-	13.722	4.282	(4.712)	-
												4.728	4.282

Notas Explicativas

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Riscos cambiais	4.728	4.282

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas informações trimestrais, sendo que para os cenários A e B, as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, definidos na referida Instrução.

Para o cálculo do cenário provável foi utilizada a taxa cambial no fechamento dessas demonstrações financeiras (R\$ x USD = 2,0435). Como os valores já estão registrados, não há efeitos adicionais no resultado para esse cenário.

Operação	Vencimentos até	Exposição em R\$ (1)	Risco	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
4131 em USD	Novembro de 2013	93.879	Aumento da cotação do USD	-	(23.470)	(46.939)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Novembro de 2013	(94.143)	Diminuição da cotação do USD	-	23.536	47.072
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	66	133
Total dos Efeitos de Ganho ou (Perda)				-	66	133

(1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2013 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (3)	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures	Aumento do CDI	Novembro de 2015	173.020	(13.918)	(17.420)	(20.931)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Novembro de 2013	80.675	<u>(5.647)</u>	<u>(6.163)</u>	<u>(7.389)</u>
Efeito líquido				(19.565)	(23.583)	(28.320)
A taxa de juros considerada foi (1):						
	CDI (2)			6,90%	8,63%	10,35%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (02) a (03) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2012, divulgada pela CETIP;
- (3) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2012 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

Além dos índices variáveis demonstrados no quadro acima, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos.

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à TJLP (Empréstimos do BNDES e Finames), em virtude de se considerar que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferecendo riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

23. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2012, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia, foram resumidas conforme abaixo:

- Responsabilidade Civil – R\$ 15.000;
- Riscos de Engenharia – Conservação e Manutenção – R\$ 20.000;
- Riscos de Engenharia – Ampliação e Melhoramentos – R\$ 56.560;
- Riscos Patrimoniais / Operacionais – R\$ 25.000;
- Perda de Receita – R\$ 47.456.

Notas Explicativas

- Veículos: Cobertura para danos materiais de R\$ 45.500 (R\$ 500 por veículos), sendo: R\$ 9.100 (R\$ 100 por veículo) para dano morais e R\$ 2.800 (R\$ 31 por veículo) para equipamentos.

24. Compromissos vinculados a contratos de concessão

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 31 de dezembro de 2012 esses compromissos estavam estimados em R\$ 1.233.939 (R\$ 1.233.018 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

Composição do Conselho de Administração

Antonio Linhares da Cunha	Conselheiro
Carlos Loyola e Silva	Conselheiro
João Francisco Bittencourt	Conselheiro
José Braz Cioffi	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcus Rodrigo de Senna	Conselheiro
Paulo Yukio Fukuzaki	Conselheiro
Renato Alves Vale	Conselheiro

Composição da Diretoria

Sílvio Rogério Marchiori	Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores
José Alberto Moraes Rego de Souza Moita	Diretor Operacional

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC SP129452/O-3 S/PR

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

1.1 - Projeções divulgadas e premissas

a) objeto da projeção

Demonstrar os objetivos da potencial geração de caixa medida pelo indicador LAJIDA - lucro antes dos juros, taxas, depreciação e amortização.(também referido como *EBITDA – earnings before interests, taxes, depreciation and amortization*).

Disposições gerais sobre projeções

Algumas declarações e estimativas contidas neste item 11 do Formulário de Referência podem representar expectativas sobre eventos ou resultados futuros que estão sujeitos a riscos, conhecidos ou não. Cabe ainda destacar que as informações constantes neste item, baseiam-se em informações históricas de desempenho e projeções de resultados do presente período, sendo que não há garantia de que as expectativas sobre eventos ou resultados se manifestarão.

Estas expectativas se baseiam em suposições e análises atuais do ponto de vista da administração da Companhia, de acordo com a sua experiência e outros fatores, tais quais o ambiente macroeconômico, oportunidades de crescimento, efeitos da concorrência, as condições de mercado do setor de transportes e os resultados futuros esperados, muitos dos quais não estão sob o controle da Companhia.

Dados os riscos e incertezas aqui descritos, as projeções podem não vir a se concretizar e não consistem, portanto, garantia ou promessa de desempenho futuro. Ainda, os resultados futuros e o desempenho da Companhia podem diferir substancialmente daqueles previstos nas projeções aqui contidas em razão, inclusive, mas a tanto não se limitando, aos fatores de risco mencionados neste Formulário de Referência, muitos dos quais estão além da capacidade de controle ou previsão por parte da Companhia.

Tendo em vista estas incertezas e limitações, os investidores não devem tomar suas decisões de investimento exclusivamente com base nas estimativas e projeções contidas neste item 11 do Formulário de Referência.

Nenhum dos profissionais da Companhia ou partes a eles relacionadas ou seus representantes terá qualquer responsabilidade por quaisquer perdas que possam decorrer da utilização por investidores das projeções aqui descritas.

Adicionalmente, a Companhia informa que as projeções aqui divulgadas ainda não refletem todos os novos procedimentos contábeis correspondentes à norma internacional *IFRS - International Financing Reporting Standards*.

b) período projetado e o prazo de validade da projeção

As projeções de LAJIDA apresentadas ao mercado referem-se ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

O prazo de validade da projeção de LAJIDA se estende até a data em que a Companhia divulgar o LAJIDA de 2012, baseado nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Tais projeções para o LAJIDA da Companhia, baseadas primordialmente nas premissas descritas abaixo, levam em consideração, na opinião da administração da Companhia, um cenário de crescimento conservador, refletindo uma expectativa de crescimento orgânico da Companhia apenas de acordo com o portfólio atual da Companhia.

Principais premissas que podem ser influenciadas pela administração

- Comportamento dos custos gerenciáveis de pessoal, material, serviços de terceiros e outras despesas de natureza operacional e melhores práticas de mercado (“PMSO”).
- Impactos de implantação de iniciativas de eficiência operacional na evolução dos custos gerenciáveis PMSO.

Principais premissas que escapam ao controle da administração

- Crescimento do volume de tráfego, medido em termos de veículos equivalentes, das rodovias operadas pela Companhia.
- Projeções de índices de reajustes ou revisão tarifária, conforme fórmulas paramétricas definidas pelas agências reguladoras de cada rodovia operada pela Companhia e os impactos na receita da Companhia.
- Programa de investimentos da Companhia (os investimentos considerados nas projeções incluem apenas o crescimento vegetativo e a manutenção dos ativos).
- O cenário macroeconômico e os indicadores financeiros elaborados por consultoria especializada e tiveram como foco principal os desempenhos da economia nacional e internacional e as projeções de indicadores de evolução da inflação (Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA), taxa de juros (Selic), variação do Produto Interno Bruto, Taxas de Juros de Longo Prazo e cotação do dólar.
- Evolução dos valores dos custos não gerenciáveis (compra de energia, custos de transporte e encargos setoriais, dentre outros).

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

Projeção de LAJIDA (R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de 2012	
	Mínimo	Máximo
Companhia	319	380

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

1.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

1. LAJIDA da Companhia

Projeção de LAJIDA (R\$ milhões)	Projetado para exercício findo em 31 de dezembro de 2012		Realizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2012
	Mínimo	Máximo	Realizado
Companhia	319	380	385,9

Conforme premissas indicadas no item 11.1.c deste Formulário, o LAJIDA da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, atingiu R\$ 385,9 milhões, em linha com o valor máximo projetado.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.
Ponta Grossa – PR

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 3, a Companhia é parte em diversas ações judiciais movidas pelo Governo do Estado do Paraná referentes ao processo de encampação, desapropriação e reajustes de tarifas de pedágio. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem quaisquer ajustes, que seriam necessários em caso de resolução desfavorável. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011 apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatórios datados de 29 de fevereiro de 2012 e 11 de março de 2011, respectivamente, ambos com ênfase quanto a diversas ações judiciais movidas pelo Governo do Estado do Paraná referente ao processo de encampação, desapropriação e reajustes das tarifas de pedágio e quanto ao fato de que essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluíram quaisquer ajustes, que seriam necessários na resolução desta incerteza.

Como parte de nossos exames nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, revisamos também as reclassificações descritas na nota explicativa 3, que foram efetuadas para tornar as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011, comparáveis com as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e sobre o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011, tomadas em conjunto.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Roberto P. Carneiro
Contador
CRC nº 1 SP 109447/O-6 S/PR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes, emitido em 27 de fevereiro de 2013 e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Ponta Grossa, 27 de fevereiro de 2013.

SILVIO ROGÉRIO MARCHIORI
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

JOSÉ ALBERTO MORAES REGO DE SOUZA MOITA
Diretor Operacional

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes, emitido em 27 de fevereiro de 2013 e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Ponta Grossa, 27 de fevereiro de 2013.

SILVIO ROGÉRIO MARCHIORI
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

JOSÉ ALBERTO MORAES REGO DE SOUZA MOITA
Diretor Operacional